

Pesquisas eleitorais foram o tema de um dos cursos promovidos neste ano pela Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), ministrado pelo professor Rogério Schmitt. O assunto chamou a atenção da redação pelas possibilidades de abordagem e pela pertinência ao período das eleições municipais.

A entrevista, capa desta edição, foi uma oportunidade de esclarecer alguns dos mitos populares, como “nunca participei de uma pesquisa eleitoral, então não acredito nesse tipo de coisa”. A justificativa de Schmitt é bastante simples: “pelas leis da probabilidade, a grande maioria das pessoas nunca será entrevistada”.

Também assunto da capa, a reportagem *Parla, parlamentar* apresenta regras, curiosidades e histórias sobre a utilização da Tribuna do Plenário da Câmara. Com base no discurso dos vereadores, foi possível identificar algumas diferenças entre a forma como se falava há algumas décadas e nos dias atuais. A matéria traz, também, explicação sobre os mecanismos que permitem a utilização da Tribuna pela população.

Um dos principais projetos do ex-vereador Rogério Farhat, perfil desta edição, tratou justamente de abrir espaço para que os paulistanos pudessem se expressar livremente no Palácio Anchieta, sede da CMSP. Chamado de Tribuna do Povo, consistia em abrir o microfone para os mais diversos tipos de manifestação. Apelidado de “advogado do Ratinho”, Farhat foi mentor, também, do Parlamento Jovem Paulistano, em funcionamento até hoje e que permite a estudantes da capital vivenciar a experiência de ser vereador ou vereadora por um dia. Falecido em 2008, o advogado chegou ao Parlamento graças à popularidade conquistada no programa televisivo, onde seu principal papel era ajudar a resolver conflitos familiares.

Na seção *Desarquivando* deste número, resgatamos uma história em que a Câmara Municipal também desempenhou o papel de mediadora de conflitos. Insatisfeito por ter sido proibido pela Prefeitura de reformar e ampliar seu imóvel localizado na Avenida Paulista, em 1930, Manuel Caetano Garcia protocolou um documento em que recorria aos vereadores sobre a decisão do Executivo.

Na justificativa, denunciava que os condes Matarazzo e Crespi haviam feito a mesma coisa, sem impedimento algum. Coube ao presidente da Casa decidir. O curioso é que, durante as apurações da reportagem, descobrimos um fato intrigante sobre a denominação da avenida mais famosa de São Paulo.